O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o pedido de Vossa Excelência.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Gostaria de declarar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário do deputado Marco Vinholi.

Item 8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 949, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos similares a fixarem cartazes que facilitem e incentivem a adoção de animais. Pareceres nº 226 e 766, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Gostaria de declarar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o voto contrário do deputado Marco Vinholi.

Item 9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 367, de 2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Altera a Lei nº 16.646, de 2018, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018. Com 16 emendas. Parecer nº 767, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável com substitutivo e contrário às emendas.

Em discussão. Para falar favoravelmente, tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - É o item sexto, mas qual é o número do projeto? Novecentos e quatro, de 2017?

Registro apenas que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, muito boa noite.

Este é um dia importante na Casa, estamos votando vários projetos de deputados, derrubando vetos, demonstrando a produtividade dos parlamentares desta Casa e, também, alterando o projeto que fixou o Orçamento no ano passado; além da alteração das emendas impositivas dos deputados, que contemplam suas bases, contemplam, de forma democrática, as comunidades que eles representam.

Alterações importantes fazendo justiça com alguns setores do Governo do Estado que estamos alterando agora. Quero citar três deles, importantes.

Um deles, o Itesp. O deputado Ed Thomas, que tem uma militância grande nessa área, na hora da concepção do Orçamento do Estado, construiu junto comigo essa emenda.

Está sendo corrigido agora um recurso para o Itesp, para que possa melhorar a reforma agrária no estado de São Paulo - vários assentamentos estão precisando de uma melhora de infraestrutura.

Também um projeto da Unicamp. Um recurso importante para a Unicamp. São dez milhões de reais que serão encaminhados para lá e que também estão sendo corrigidos por meio dessa emenda.

Por fim: está aqui o Coletivo Butantã. Parabenizo vocês pela brava luta que vocês tiveram nesta Casa. Parabenizo o deputado Giannazi, o deputado Rillo, o deputado Carlos Neder, que estava aqui mais cedo, também foi um construtor dessa luta, enfim.

Bastante gente participou desse processo que, hoje, chega a mais um passo. Digo "mais um passo" porque tenho certeza de que a luta ainda vai ser grande para frente. Mas, estamos corrigindo. Na época da elaboração dessa emenda, fizemos em custeio, e, depois, mais tarde, em reunião na própria universidade - estávamos presentes o deputado Giannazi, o deputado Neder e eu - entendemos melhor por que esses recursos não poderiam ficar em custeio na universidade; mas, sim, a importância de que isso se transformasse em recursos humanos, para que se pudesse chegar aos níveis de 2013 - são 406 profissionais que perdemos no HU de 2013 para cá.

Agora, com a expectativa da efetivação dessa emenda, espero que possamos retomar esses profissionais no HU. Então, parabéns a vocês e aos deputados que lutaram para que isso acontecesse.

Esperamos poder ter o HU a pleno vapor, graças à luta de vocês, pessoal. Independente de qualquer questão partidária, questão ideológica, tocamos essa luta com seriedade.

Cumprimento os deputados que aprovam esse projeto esta noite. O deputado Campos Machado foi um lutador dessas emendas; o deputado Carlos Cezar avançou semanalmente trazendo vetos e projetos de deputados para aprovarmos nesta Casa.

Então, cumprimento todos os parlamentares que aprovam esse importante projeto esta noite.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, cumprimento especialmente os moradores da região do Butantã e os organizadores dessa luta importante.

Serei breve, mas seria importante registrar, tornar pública, a movimentação política aqui, para que saibamos detectar qualquer tropeço e poder superá-lo.

O deputado Marco Vinholi foi o relator do Orçamento. Houve algum desencontro técnico que possibilitou uma interpretação, a nosso ver, absolutamente equivocada do atual reitor da USP quanto à execução da emenda apresentada, dinheiro aqui destinado, deslocado, para a manutenção do Hospital Universitário.

Foi feito um pedido ao governo, para que o governo fizesse a correção a tempo. Ainda era o governador Geraldo Alckmin.

Óbvio que o governador Geraldo Alckmin, o mesmo que ajudou a esvaziar e sucatear as universidades, por consequência todo o trabalho de extensão, entre eles o HU, o Hospital Universitário, se recusou a sequer receber essa demanda.

Hoje, nós somos obrigados a fazer uma lei, que pode ser considerada inconstitucional pelo governo, pode ser vetada. Espero que tenhamos todos o compromisso de derrubarmos o veto, caso isso aconteça, para fazer uma correção técnica que o governo não fez. Ele não enviou o projeto.

Então, existe um pacto. Quero fazer referência, o reconhecimento público do esforço de todos os deputados, também do relator, Marco Vinholi, que fez a lei, no sentido de acelerar um processo político que deveria partir do Governo do Estado e que não partiu.

O que pode acontecer? O governador pode sancionar, e rapidamente as correções serem aceitas na peça orçamentária. Ou o governador pode vetar, e Assembleia Legislativa pode derrubar o veto.

Então, nós precisamos de um compromisso aqui entre nós, e um compromisso com vocês, que ocupam as galerias aqui hoje. Compromisso de que nós lutaremos - e temos que ter um compromisso entre todos nós - para derrubar o veto, caso aconteça, o quanto antes.

O movimento também está fazendo um pedido que serve para todos os deputados, independente dos partidos, para que nós nos posicionemos publicamente, para que gravemos um vídeo apoiando e pedindo para que o governador Márcio França sancione a lei e receba, o quanto antes, o movimento. (Manifestação nas galerias.)

O nosso mandato já fez este pedido há quase um mês, há mais de um mês. O nosso mandato já fez o pedido para que o governador receba esse coletivo. Vamos reiterar. Vou também gravar um vídeo, vou fazer movimentações políticas nesse sentido, e peço para que todos os deputados façam.

Quero registrar que, pelo menos, uma coisa mudou. Isso tem que ser registrado. Quando nós conseguiremos aprovar algumas demandas, derrubar alguns vetos, fazer algumas movimentações políticas, com o governador Geraldo Alckmin? Jamais isso foi possível.

Então, pelo menos, tem uma mudança tática, política, que deve ser reforçada, intensificada. Não é um mérito do governo permitir que a Casa transite, ande, de uma maneira mais democrática, e deveria ser obrigação. Porém, infelizmente, com Geraldo Alckmin nunca foi. Ele se comportava como o verdadeiro imperador de São Paulo, um homem que destruía e vendia o estado de São Paulo, e que não permitia ser fiscalizado, ser contestado, e não permitia que a Casa Legislativa fizesse o papel de equilíbrio democrático.

Então, é bom registrar que registrar essa participação, além da participação de vocês. Estamos tendo muitos exemplos de conquistas graças à mobilização.

Para finalizar, o resumo da história: um hospital público que serve como extensão universitária, aperfeiçoamento, treinamento, melhoramento daquele que vai se formar médico por uma universidade pública, deveria ser uma obrigação. O governador não poderia dormir em paz enquanto houvesse uma ameaça de fechar um leito, de fechar um departamento de um hospital desses. No entanto, eles foram os protagonistas do descaso e do desmonte.

O que aconteceu aqui é que a população, essa é uma conquista... Não se trata aqui de fazer demagogia barata. A verdade é que se não fossem as pessoas que usam o HU, que compreendem a importância desse hospital para a comunidade, como para aperfeiçoamento dos profissionais, que compreendem o HU com uma extensão da universidade, se não fossem eles, muito provavelmente nós não estaríamos nessa condição de impedir, de interditar o desmonte. É um exemplo muito saudável.

Nós estamos acompanhando um momento tão triste, de negação absoluta da política, das instituições. O País de ponta cabeça, na mão de uma quadrilha que vende o País a todo momento, mas ainda têm relâmpagos, tem gotas de acontecimentos que nos animam, e esse é um deles.

Essa mobilização em torno do HU é um microcosmo do que deveria acontecer entre sociedade e política institucional.

Parabéns a vocês e parabéns à Casa também. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, para discutir a favor.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB – Com a anuência do nobre orador, grande deputado, defensor das causas nobres e chamado por mim de professor perpétuo, tamanha dedicação que ele tem com o Magistério paulista.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O deputado Carlos Giannazi dá a anuência?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, há 130 anos nascia o grande poeta Fernando António Nogueira Pessoa, o grande Fernando Pessoa, deputado, que V. Exa. sempre repete quando eu falo que "tudo vale a pena se a alma não é pequena". Tudo, menos o ridículo, acrescentava-me agora o nobre deputado, meu querido irmão e amigo, pai do Yago, João Paulo Rillo. Em função de Fernando Pessoa, nasceu uma grande raiz poética em todo o mundo.

Fernando Pessoa recebeu o nome de Fernando António em homenagem a Santo Antônio. Hoje é o dia de Santo Antônio. Rendo, portanto, homenagem ao santo padroeiro Santo Antônio, santo casamenteiro das meninas aqui presentes. Quem não se casou ainda, aproveite até o final do dia para orar aos pés de Santo Antônio, pleiteando um amor, um companheiro para momentos alegres e tristes. Que Deus ilumine todos nós, principalmente aqueles que cultuam o nome de Santo Antônio, que reconhece Fernando Pessoa como um dos maiores poetas de toda a história.

Obrigado, deputado Giannazi. Reitero uma vez mais: nós tivemos centenas de divergências este ano, mas nunca retirei de V. Exa. o amor à classe menos favorecida, mais humilde, mais decente e honrada da nossa população. Que Deus o proteja, meu amigo, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, deputado Campos Machado. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectador da TV Assembleia, hoje nós estamos votando um projeto importante que corrige um erro cometido na aprovação do Orçamento para 2018, que nós aprovamos no final de dezembro. Esse projeto, sem dúvida nenhuma, é fruto de uma grande mobilização, do movimento feito na Universidade de São Paulo por funcionários, por moradores da região do Butantã, da zona oeste. Nós só estamos votando esse projeto porque houve essa grande mobilização, senão não seria possível aprovar esse projeto hoje. Essa luta do pessoal da USP, do "Butantã na luta em defesa do HU", tem a ver com uma luta muito maior, que é a defesa também da universidade pública.

Se nós estamos vivendo essa crise no HU foi porque o ex-reitor Zago destruiu a Universidade de São Paulo, sucateou vários setores, fechou vagas nas creches, fechou a Creche Oeste, está sucateando e destruindo a Escola de Aplicação da USP, enfim, faz parte desse contexto também a tentativa de destruir o Hospital Universitário e o Hospital de Bauru, que vive uma situação extremamente precarizada. O que nos preocupa muito é que o atual reitor, Vahan, segue a mesma linha.

Nós estamos aprovando o projeto hoje. Existe, possivelmente, um veto ao projeto, mas, ao mesmo tempo, existe um compromisso de derrubada do veto pela Assembleia Legislativa. Acho que isso será resolvido. A minha grande preocupação é outra, e nós temos que ter a participação de todos os deputados. É na Universidade de São Paulo, porque nós queremos que esses recursos sejam, de fato, investidos na contratação de funcionários, de servidores, porque faltam funcionários no HU.

O ex-reitor Zago deixou o hospital, praticamente, em estado terminal. Ele fechou várias alas, vários setores, vários serviços de atendimento à população. Nosso grande desafio após a derrubada do veto do governador Márcio França é pressionar o reitor Vahan a investir o dinheiro, porque ele está fazendo pouco caso. Ele não reconhece a emenda, até ontem não reconhecia, dizia que não sabia de nada, um absurdo. Como um reitor não sabe de uma emenda aprovada na Assembleia Legislativa de 48 milhões?

A nossa grande luta será para pressionar o Vahan, que tem argumentado dizendo que a universidade tem autonomia e que a Assembleia Legislativa não manda na universidade. Portanto, nós teremos esse desafio, e acho que deve haver o compromisso de todos nós, os 94 deputados e deputadas, de pressionar o reitor Vahan a investir esse recurso não em custeio, mas em contratação de servidores. É para isso que nós nos mobilizamos, é para isso que o movimento fez toda essa mobilização. Nós temos que salvar o HU.

Termino minha fala de hoje dizendo que foi patética a participação do ex-reitor Zago na Comissão de Saúde duas semanas atrás. Estranhamente ele foi nomeado secretário da Saúde do Estado de São Paulo pelo governador Márcio França. Um reitor que destruiu um hospital foi nomeado secretário da Saúde do estado de São Paulo.

Quando perguntei a ele se ele tinha um projeto para atender toda a população daquela região do Butantã, já que ele estava fechando o Hospital Universitário, ele disse que não tinha projeto e que não iria responder. Eu disse a ele: "Vossa Excelência é o secretário da Saúde, tem que ter um projeto". Um absurdo total.

Portanto, este é o nosso desafio agora: obrigar o reitor Vahan, que segue a mesma linha neoliberal de Estado mínimo de fechamento de equipamentos da Saúde, a investir os 48 milhões na contratação de servidores. Muito obrigado e parabéns ao movimento. Vocês foram os responsáveis pela aprovação desta correção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Item 9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 367, de 2018, de autoria do deputado Marco Vinholi. Altera a Lei nº 16.646, de 2018, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018. Com 16 emendas. Parecer nº 767, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável com substitutivo e contrário às emendas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo e prejudicado o projeto e as demais emendas.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, parágrafo 5º, ambos do Regimento Interno, esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação a realizar-se hoje, cinco minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de oferecer a redação final ao Projeto de lei nº 367, de 2018.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 42 minutos.

* * *

14 DE JUNHO DE 2018
82ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: LUIZ CARLOS GONDIM e CARLOS GIANNAZI
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - LUIZ CARLOS GONDIM
Assume a Presidência a abre a sessão. Anuncia a visita de alunos da Escola Estadual Professora Elzira Garbino Pagani, da cidade de Pongaí, acompanhados das professoras Rosângela, Loretta e Eline.
2 - ORLANDO BOLÇONE
Discorre sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Lamenta que diversas crianças sejam submetidas ao trabalho e ainda em condições degradantes. Cita diversas organizações que se dedicam à erradicação desta prática, sejam elas laicas ou de caráter religioso. Elogia a atuação do atual governador Márcio França enquanto prefeito do município de São Vicente em relação à promoção de atividades voltadas ao bem-estar infantil.
3 - LECI BRANDÃO
Informa que, no dia 12/06, o TRF 2ª região decidiu manter vídeos na internet que denigrem as religiões de matriz africana. Combate o posicionamento do tribunal. Considera que racismo não pode ser tratado como liberdade de expressão. Agradece o deputado Orlando Bolçone por ser o relator de projeto de lei de sua autoria que torna obrigatório o diploma para profissionais em radiologia. Parabeniza o deputado Luiz Carlos Gondim em relação a sua atuação em prol da Santa Casa de Mogi das Cruzes.
4 - CORONEL CAMILO
Comunica que o Comandante Geral da Polícia Militar, coronel PM Marcelo Vieira Salles, conseguiu a destinação de 1 milhão e 900 mil reais ao Hospital da Polícia Militar de São Paulo. Defende a apreciação da PEC 2, nesta Casa. Informa que, ontem, foi derrubado veto ao projeto de lei que institui o Programa Vizinhança Solidária no Estado. Apresenta vídeo sobre o programa, que considera efetivo no combate à criminalidade.
5 - CARLOS GIANNAZI
Comunica a reivindicação de moradores de Itapecerica da Serra em relação ao aumento do valor do IPTU. Considera o aumento abusivo. Exige que a prefeitura local tome as medidas necessárias e resolva esta situação.
6 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
7 - LUIZ CARLOS GONDIM
Informa que se reuniu com membros do Conseg (Conselho Comunitário de Segurança) de Itaquaquecetuba. Relata a situação da Polícia Militar do município, que está com equipamentos quebrados. Pede reunião com o secretário de Segurança Pública, Sr. Mágino Alves Barbosa Filho, acerca do assunto. Repudia a privatização da Cesp (Companhia Energética de São Paulo). Apresenta vídeo do prefeito de Paraibuna, comentando as consequências da privatização para o município e os prejuízos para a população.
8 - LUIZ CARLOS GONDIM
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Comenta a fala do deputado Luiz Carlos Gondim e defende que a população de Paraibuna não sofra prejuízos com a privatização da Cesp. Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 15/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Luiz Carlos Gondim.

* * *

O SR. PRESIDENTE – LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA – LECI BRANDÃO – PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência anuncia a visita dos alunos da Escola Estadual Professora Elzira Garbino Pagani, acompanhados das professoras Rosângela, Loretta e Eline. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Luiz Carlos Gondim, quero saudar as deputadas presentes nesta Casa na pessoa da estimada amiga, excelente deputada e ícone da cultura brasileira Leci Brandão. Uma saudação especial aos alunos da Escola Professora Elzira Garbino Pagani, da cidade de Pongaí, que estão acompanhados das professoras Rosângela, Loretta e Eline. Sejam bem-vindos.

Esta Casa tem o seu plenário, mas os deputados trabalham também em diversas comissões, como as comissões de Justiça, de Ciência e Tecnologia ou de Educação e Cultura, em que atua a deputada Leci Brandão. Há também a Comissão de Saúde, em que atua o deputado Luiz Carlos Gondim. Nós atuamos na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A visita de vocês é oportuna. Inspirando-me nela, permito-me fazer uma reflexão, visto que, nesta semana, comemora-se o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Ainda temos milhares de crianças trabalhando em ambientes degradados e degradantes, crianças que trabalham em carvoarias, crianças que são exploradas sob as mais diversas formas de trabalho, às vezes um trabalho quase escravo. Portanto, é importante que façamos uma reflexão.

Eu me permito lembrar de duas linhas. Primeiro, a firmeza dos órgãos públicos, esta Casa em especial, em acompanhar e fiscalizar as leis. Aqui já fizemos CPIs para apurar a questão do trabalho tanto do assemelhado ao trabalho escravo, quanto do trabalho infantil. Também os órgãos que fiscalizam, como o Ministério do Trabalho, os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, no sentido de darmos amparo e incentivo a esses jovens.

De outro lado, de procurarmos enaltecer e apoiar órgãos que organizam, as Organizações não Governamentais, organizações filantrópicas, que procuram proteger a criança e o adolescente na essência dessa fase da vida.

Por exemplo, na minha cidade temos a Arprom, em São José do Rio Preto, Associação Riopretense de Promoção ao Menor. Não se utiliza mais o termo "menor", mas dada a tradição, ficou a sigla.

Temos a São Judas Tadeu, que acolhe as crianças em situação de risco. As crianças são educadas de forma que passam todos os dias na organização, estudando, e depois desenvolvendo práticas de arte e também aprendendo ofícios.

Temos também organizações que se dedicam, e eu me permito citar minha cidade, São José do Rio Preto, por causa da Fulbeas, uma instituição que se dedica a dar formação às meninas, no sentido de prepará-las. Durante todo o dia esse preparo para a vida é das mais diversas origens. Temos instituições espíritas, caso do Instituto Francisco de Assis. Temos entidades católicas, como o Serviço Social São Judas Tadeu, mantida por padres combonianos, temos instituições evangélicas, instituições laicas, por exemplo a Fulbeas, que é ligada à Maçonaria.

É importante que essas instituições ocupem espaços, e aqui nesta Assembleia, todos nós temos trabalhado no sentido de promover, apoiar essas instituições.

Nesse sentido, quero fazer um registro especial ao governador Márcio França. Já sei da sua atenção às questões da criança e do adolescente, inclusive de testemunhar esse apreço que ele tem, quando, então prefeito de São Vicente, foi o prefeito mais bem avaliado da história do Brasil. Nosso governador Márcio França criou um modelo para adolescentes, aqueles que eram dispensados do chamado serviço militar. Eles tinham um papel de proteção, de exercício de cidadania, de treinamento para a cidadania e de orientação nas ruas de São Vicente. Isso fez que, à época, transformasse a cidade de São Vicente, que era a mais violenta do Estado, em uma das menos violentas.

Portanto, todo investimento, não só financeiro e de legislação, mas também investimento de atenção, tirando, levando essas essas crianças e adolescentes para a arte, levando-os para a cultura, levando para o treinamento de cidadania. É um compromisso que nós temos. Essa é a melhor forma de erradicar o trabalho infantil. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão, pelo tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Luiz Carlos Gondim, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, na última terça-feira, dia 12, foi divulgada uma decisão do Tribunal Regional Federal, da 2ª Região, que é Rio de Janeiro e Espírito Santo, que mantém vídeos na Internet que discriminam as religiões de matrizes africanas. Nos vídeos eles definem outras religiões como "forças das trevas", dizem que orixás são demônios e fazem as pessoas das igrejas repetirem frases que ofendem a nossa religião.

Mesmo diante de tudo isso o entendimento dos juízes foi o seguinte: "Associar determinada religião a entidades demoníacas pode gerar repulsa pelo caráter depreciativo em relação a outra crença, mas esse tipo de prática consiste apenas em tentativa de converter fiéis sem necessariamente suprimir direitos fundamentais".

Sr. Presidente, com esse entendimento eles negaram a liminar e mantiveram disponíveis os vídeos no canal you tube. Um dos direitos fundamentais garantidos pelo Art. 5º da nossa Constituição é o direito à dignidade. Se ter a sua crença ofendida, violentada e alvo de racismo não é uma afronta à dignidade da pessoa, o que seria então?

Então, seguindo a matéria na imprensa, o relator do processo foi o desembargador Federal, Ricardo Pelingeiro. Ele disse inclusive que "o caso envolve sensível embate entre liberdade religiosa e liberdade de expressão". Ele também argumenta que as menções às religiões afro-brasileiras não foram feitas com o objetivo de suprimir direitos fundamentais, nem discriminar alguém.

Acho que todo homem negro e toda mulher negra neste País tem uma história assim para contar. Primeiro a pessoa, ou a instituição que discrimina e depois vem com o pedido de desculpas dizendo que não teve a intenção.

Acho que estamos cansados de ouvir que não foi intenção. Ninguém está mal intencionado. Nós não vamos resolver o problema do racismo, principalmente do racismo religioso, com um simples pedido de desculpas. Quero dizer que disseminar preconceito, discriminação, ódio e violência, não é liberdade de expressão, é crime.

Quero aproveitar os minutos que me restam para agradecer o nobre deputado Dr. Orlando Bolçone, que foi o relator do nosso projeto de lei que pede que a função dos radiologistas seja uma coisa oficializada. Eles estão muito contentes, muito felizes.

Quero também parabenizar o Dr. Luiz Carlos Gondim, pela sua iniciativa em relação à questão das Santas Casas de Misericórdia, lá de Mogi das Cruzes, V. Exa., que é médico, sempre com a atenção voltada para a Saúde. Ficamos muito felizes de tê-lo aqui como nosso companheiro na Assembleia Legislativa. Temos por norma também falar e mostrar a realidade das coisas boas que os deputados desta Casa realizam.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, assessores, telespectadores da TV Assembleia, primeiro queria dar uma notícia muito importante para o estado de São Paulo, e principalmente para os policiais militares.

Hoje recebi um recado do nosso comandante-geral da nossa Polícia Militar de que vai investir um milhão e 900 mil reais no Hospital da Polícia Militar de São Paulo. Há muito